



Número: **0600217-52.2021.6.18.0000**

Classe: **REPRESENTAÇÃO**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Jurista 2**

Última distribuição : **05/10/2021**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Extemporânea/Antecipada, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Outdoors**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DIRETORIO ESTADUAL DO PARTIDO PROGRESSISTA - PP -PI (REPRESENTANTE)		IVILLA BARBOSA ARAUJO (ADVOGADO)	
JULIO FERRAZ ARCOVERDE (REPRESENTANTE)		IVILLA BARBOSA ARAUJO (ADVOGADO)	
FLORENTINO ALVES VERAS NETO (REPRESENTADO)			
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21719 293	08/10/2021 13:22	<a href="#">Decisão</a>	Decisão



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**  
**GABINETE DO JUIZ MEMBRO DA CORTE**

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600217-52.2021.6.18.0000

REPRESENTANTE: DIRETORIO ESTADUAL DO PARTIDO PROGRESSISTA - PP -PI, JULIO FERRAZ ARCOVERDE

ADVOGADA: IVILLA BARBOSA ARAUJO - OAB PI0008836A

REPRESENTADO: FLORENTINO ALVES VERAS NETO

RELATOR(A): Juiz THIAGO MENDES DE ALMEIDA FÉRRER

**DECISÃO LIMINAR**

Vistos, etc.

Trata-se de pedido de concessão de tutela liminar antecipada, em sede de representação por propaganda irregular, com fulcro nos arts. 36, §1º, 39, §8º e 96, da Lei nº 9.504/1997, ajuizado pelo Diretório Estadual do Progressistas Piauí - PP, em face de FLORENTINO ALVES VERAS NETO, atual Secretário de Saúde do Estado do Piauí, ante a realização de publicidade em *outdoors*, podendo esta ser classificada como propaganda eleitoral extemporânea indevida, por ser o representado eventual candidato ao cargo de Deputado Federal no pleito vindouro de 2022.

Sustenta o requerente:

1. O representado seria pretendo candidato ao cargo de Deputado Federal no pleito de 2022, conforme provas juntadas aos autos;
2. Restando pouco menos de um ano até o pleito vindouro, o representado providenciou ou apenas assentiu com a afixação de 4 (quatro) *outdoors* localizados na cidade de Teresina/PI, os quais exaltam o trabalho que este teve ao ocupar o cargo de Secretário de Saúde do Estado do Piauí, em face do enfrentamento da pandemia do COVID-19;
3. Em virtude da localização dos *outdoors* ser em pontos de grande circulação de pessoas, é possível assegurar que o representado tem conhecimento dos mesmos;
4. As propagandas disseminadas em *outdoors* remetem à exaltação de pretendo candidato à Deputado Federal, que utilizando-se da pasta que ocupa no Executivo Estadual, para louvar-se diante da população;
5. Precedentes do TSE acerca da matéria, acerca da ilegalidade do uso de *outdoors* no período de pré-campanha para exaltar as qualidades pessoais de possíveis candidatos às



eleições;

6. Solicita a concessão de tutela *inaudita altera pars*, para que seja determinada a imediata retirada dos *outdoors* supracitados, e qualquer outra propaganda, mesmo que não listada na exordial, mas que possua o mesmo conteúdo; e
7. Ao final, requer a procedência da representação, com a consequente condenação do representado, em grau máximo da pena de multa do art. 39, §3º da norma de regência, e que este valor seja (R\$ 25.000,00) destinado a instituições de caridade existentes nesta Capital.

Concluído os autos, determinei a imediata intimação da parte representada para dizer acerca do pedido liminar, no prazo de 02 (dois) dias, bem como a intimação do representante para que este informasse nome e qualificação completa da empresa que veiculou os outdoors mencionados na peça exordial (ID 21718298).

Os dados da empresa responsável pelos outdoors foram apresentados no ID 21718621.

Após ser regularmente intimado para manifestar-se acerca do pedido de concessão de liminar (ID 21718624) em 06/10/2021, às 12h24min, até o momento o representado nada informou ao presente Juízo.

É o relatório.

#### **FUNDAMENTAÇÃO:**

Recebido os autos no gabinete às 12h45min, decido às 13h00.

Considerando que o representado tomou conhecimento do presente feito às 12h24min do dia 06/10/2021, conforme intimação ID 21718960; considerando ainda que segunda e terça-feira, dias 11 e 12/10/2021, os prazos processuais estarão suspensos neste Regional, ante o ponto facultativo (Portaria Presi-TRE/PI nº 674/2021) e o feriado do dia de Nossa Senhora Aparecida (Portaria Presi-TRE/PI nº 1174/2020), RESOLVO proferir decisão acerca do pedido de concessão de liminar na presente data, a fim de não restar comprometida a própria utilidade da tutela jurisdicional.

De início, esclareço que para fins de deferimento da liminar requestada, cumpro-me perquirir, em análise perfunctória, própria deste momento processual, à luz do art. 300 do Código de Processo Civil, acerca da presença dos elementos que potencialmente configurem uma propaganda com contornos eleitorais, mesmo que indireto.

A **questão controvertida** a ser analisada é a seguinte: Publicação, por meio de 4 (quatro) outdoors, de mensagem cujo conteúdo é exclusivamente de enaltecimento ao trabalho e a pessoa de gestor público, pré-candidato no pleito de 2022, configurando propaganda eleitoral antecipada.

Destaco o conteúdo das peças publicitárias objurgadas na presente representação, cuja existência e teor restam comprovados neste feito:

***“PARABÉNS ao Secretário FLORENTINO pelo eficiente trabalho à frente do grupo de combate à pandemia de Covid-19. GESTOR EXEMPLAR”***



Em um **juízo de cognição perfunctório**, analisando as fotografias que instruem a exordial, **entendo que os requisitos para concessão da tutela de urgência estão presentes.**

Destaco, **como primeiro fundamento de decisão**, que o parágrafo oitavo do art. 39 veda expressamente a propaganda eleitoral realizada por meio de *outdoors*, *verbis*:

“Art. 39. (...)

**§8º É vedada a propaganda eleitoral mediante outdoors, inclusive eletrônicos, sujeitando-se a empresa responsável, os partidos, as coligações e os candidatos à imediata retirada da propaganda irregular e ao pagamento de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). (Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013)”.**

Trata-se, portanto, de um meio proscrito de propaganda eleitoral, cuja configuração nesse caso específico, prescinde de pedido expresso de votos no conteúdo da mensagem publicitária divulgada. **Cito precedentes do TSE:** *RP nº. 060006148/DF, Relator Ministro Edson Fachin, julgado em 23.04.2020; AgR no RESPE nº. 0600047-43/MA, Relator Ministro Sérgio Banhos, julgado em 16.09.2021)*

Também adoto **como razão de decidir**, que o conteúdo da mensagem veiculada é exclusivamente de enaltecimento pessoal do Sr. Florentino Neto. Senão vejamos: é dado amplo destaque a sua imagem pessoal, com grande fotografia do citado gestor, de forma a identificá-lo e torná-lo conhecido da população. Além disso, a mensagem veiculada, de forma exagerada, enaltece a pessoa do gestor e, em caixa alta, o coloca como GESTOR EXEMPLAR.

A tais circunstâncias que motivam meu convencimento, devo somar, ainda, que não se trata de um gestor sem pretensões políticas em 2022. Pelo contrário, as provas trazidas ao processo, referentes a matérias jornalísticas em sites locais, indicam que há uma pretensão política do gestor no ano que se avizinha, o que, inevitavelmente, coloca a publicidade objurgada dentro de um contexto eleitoral.

Conforme trechos de matérias publicadas em diversos portais eletrônicos, cujas imagens repousam as fls. 04/05 do ID 21718298, o próprio representado afirmou durante entrevista, ocorrida no final do ano passado, que avalia participar da disputa eleitoral para o cargo de Deputado Federal. Em outra ocasião, já no corrente ano, foi recebido na residência do Prefeito municipal de Parnaíba/PI, cujo tema noticiado do encontro seriam as Eleições de 2022.

Por fim, destaco que a sociedade passa por um momento de extrema sensibilidade e vulnerabilidade, com a pandemia de COVID-19. E, nesse contexto, explorar desarrazoadamente a imagem do gestor, que é Secretário de Saúde, configura um agravante na conduta, a demandar desta justiça eleitoral uma atuação mais atenta.

Uma coisa é o gestor da saúde conceder as inúmeras entrevistas que ao longo dos últimos 20 (vinte) meses de pandemia está a participar, de cunho informativo à população. Situação diversa é alguém, identificado simplesmente como “Paulo Vicente”, contratar e pagar a veiculação de 4 (quatro) outdoor pelas avenidas da capital, com intuito exclusivo de enaltecer a pessoa do secretário de saúde e pré-candidato em 2022.

Dessa forma, entendo que o conteúdo dessa publicidade, aliado ao meio proscrito de divulgação, a meu sentir são aptos a atrair um juízo de cautela por parte da justiça eleitoral, na medida em



que tem sim o potencial de configurar uma irregularidade eleitoral, influenciando a população em detrimento da igualdade que deve permear nas disputas eleitorais.

Na presente decisão analiso apenas o conteúdo da publicidade e o seu potencial de exercer influência eleitoral, sem concluir acerca da responsabilidade pelos outdoors e respectiva punições.

Vislumbra-se, portanto, o *fumus boni juris* das alegações constantes da representação ante a integridade das provas documentais e da abusividade do ato ora combatido, nos termos da norma de regência.

O *periculum in mora* decorre do fato de que a permanência da propaganda afronta a legislação eleitoral, restando ao representante socorrer-se de providência liminar acautelatória, perseguindo a sustação dos efeitos do ato ilegal ora atacado, em razão da possibilidade da demora causar dano irreversível ao regime democrático.

Não obstante, entendo que não se pode deferir uma tutela provisória de emergência ampla e indeterminada, como requereu o representante, ao ponto de se determinar a **RETIRADA DE FORMA IMEDIATA DE QUALQUER PROPAGANDA, MESMO QUE NÃO LISTADA NA EXORDIAL**, uma vez que, em termos processuais, não só o pedido deve ser certo e determinado (artigo 322 do CPC), como de igual modo as decisões judiciais, a teor do disposto no Artigo 492, parágrafo único do CPC.

Por tais razões, entendo que deve ser deferida a medida abrangendo apenas os *outdoors* espalhados pela cidade **devidamente relacionados na petição inicial**, naqueles respectivos locais, que contenham as mensagens constantes dos autos.

ISSO POSTO, **DEFIRO** em parte a liminar requerida, para determinar à empresa MARKA MÍDIA EXTERIOR LTDA., devidamente qualificada na petição ID 21718621, que **NO PRAZO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS** contados do recebimento da presente intimação, proceda com a retirada da propaganda extemporânea veiculada nos *outdoors*, os quais constam **a imagem do representado e os dizeres “PARABÉNS ao Secretário FLORENTINO pelo eficiente trabalho à frente do grupo de combate à pandemia de Covid-19. GESTOR EXEMPLAR. Paulo Vicente”**, nas seguintes localizações:

1. AV MARECHAL CASTELO BRANCO, próximo ao hipermercado Atacadão;
2. AV. JOÃO XXIII, ao lado da Polícia Federal;
3. AV. DUQUE DE CAXIAS, em frente a imóveis com numeração 3087 e 3091; e
4. AV. PRESIDENTE KENNEDY – Ao lado do imóvel de nº 5270.

Caso a empresa MARKA MÍDIA EXTERIOR LTDA. deixe de comprovar perante este Juízo o cumprimento da decisão liminar no prazo estipulado, comino pena de **MULTA DIÁRIA** no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com teto desde já fixado em R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), **para cada outdoor que permanecer exposto**, bem como que se abstenha o representado de expor novas propagandas de outdoors com o mesmo conteúdo ou semelhante com o mesmo efeito, antes da data permitida pela legislação eleitoral, sob pena de responder por sua conduta nas esferas eleitoral e penal, inclusive sob a tipificação do crime de desobediência.

Notifique-se, ainda, o representado para, querendo, ofertar defesa, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, nos termos do art. 96, §5º, da Lei nº 9.504/1997.

Intimem-se. Cumpra-se.



Teresina/PI, 8 de outubro de 2021.

**Thiago Mendes de Almeida Férrer**

Relator

